

## A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL: PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES

Samara da Costa Silva<sup>1</sup>

Jaiane Tatiele Alexandre Barboza Soares<sup>2</sup>

Marcos Adriano Barbosa de Novaes<sup>3</sup>

### RESUMO

As problemáticas enfrentadas pela educação pública brasileira, no que se refere ao seu processo histórico de cobertura educacional, estiveram vinculadas ao modelo econômico situado em determinado contexto. Assim, objetivamos neste artigo realizar uma retrospectiva histórica sobre a Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil. Para tanto, realizamos um estudo documental e bibliográfico fundamentado em Jardimino e Araújo (2014), Leite (2004) e Saviani (2008), dentre outros. Partimos das seguintes questões norteadoras: Qual o papel do Estado na garantia do direito à educação? Como se deu o processo de desenvolvimento da Educação de Jovens e Adultos no Brasil? A partir do exposto, compreendemos que o espaço que a EJA ocupa no sistema educacional brasileiro não pode ser desvinculado das questões relacionadas à gestão, financiamento e recursos. Ademais, os desafios e necessidades dessa modalidade de ensino precisam ir além da oportunidade de acesso à escolarização, sendo necessário garantir a permanência desses sujeitos, evitando assim a evasão.

**Palavras-chave:** Educação, História da Educação, Educação de Jovens e Adultos.

### INTRODUÇÃO

As problemáticas enfrentadas pela educação pública brasileira no que se refere ao seu processo histórico de cobertura educacional estiveram vinculadas ao modelo econômico situado em determinado contexto. Diante disso, o processo de democratização do ingresso e permanência na escola para a classe trabalhadora apresenta como uma de suas principais características a difícil conciliação entre trabalho e estudo. Dessa forma, jovens e adultos pertencentes à essa classe não tiveram acesso à escola ou condições de prosseguirem os seus estudos. Dessa forma, o estado brasileiro tem criado diversas ações no campo educacional, de caráter assistencialista e compensatório, em que tais sujeitos são excluídos do processo escolar regular, como ocorre na EJA.

A EJA é uma modalidade de ensino da rede pública no Brasil, amparada pela lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDB-9.394/96, destinada à jovens, adultos e idosos

---

<sup>1</sup> Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Ceará – UECE, [samarac.silva@aluno.uece.br](mailto:samarac.silva@aluno.uece.br)

<sup>2</sup> Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Ceará – UECE, [jai Janetatiele@gmail.com](mailto:jai Janetatiele@gmail.com)

<sup>3</sup> Mestre em Educação e Ensino (MAIE/UECE), Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos (FAFIDAM/UECE), [marcos.novaes@uece.br](mailto:marcos.novaes@uece.br)

que não concluíram o ensino fundamental ou ensino médio em idade/série apropriada, ou que tiveram a oportunidade de acesso ao ensino. Mediante a isso, para melhor compreender essa modalidade de ensino, faz-se necessário realizar reflexões voltadas para o seu processo histórico-social e educacional. Assim, consideramos o cenário político-educacional do Brasil como *linha de horizonte* para contextualizar as questões educacionais desta modalidade de ensino.

Diante do exposto, objetivamos neste estudo realizar uma retrospectiva histórica sobre a EJA no Brasil. Para tanto, realizamos estudo documental e bibliográfico fundamentado em Jardimino e Araújo (2014), Leite (2004) e Saviani (2008), dentre outros. Partimos das seguintes questões norteadoras: Qual o papel do Estado na garantia do direito à educação? Como se deu o processo de desenvolvimento da EJA no Brasil?

### **Retrospectiva histórica da educação brasileira**

Os jesuítas tiveram um papel crucial na organização do sistema educacional brasileiro no Período Colonial. Tinham como objetivo catequizar os indígenas de acordo com princípios católicos. Esse foi o primeiro marco de escolarização do país. Naquele período, foram criados os primeiros planos educacionais que possuíam o incentivo e apoio financeiro da Coroa Portuguesa.

De acordo com Leite (2004), o sistema educativo até então não tinha nenhuma relação com a formação para o trabalho, pois não necessitava de preparo profissional para as atividades exercidas naquela época, como, por exemplo, a mineração e o cultivo, dentre outras. Com a expulsão dos jesuítas do Brasil, criou-se o Alvará Régio de 28 de junho de 1759<sup>4</sup>, que deu origem ao cargo de Diretor Geral dos estudos que autorizava e permitia ser ministrado o ensino público ou particular.

A chegada dos portugueses ao Brasil possibilitou a criação de escolas superiores que tinham como preocupação o desenvolvimento do ensino para as elites. O ensino católico tinha como orientação os documentos da “*Ratio Studiorum*”, que priorizava a formação centrada nas “humanidades”. Sobre o documento, Saviani (2008, p.55) afirma ser um conjunto de regras

---

<sup>4</sup> O Alvará Régio de 28 de junho de 1759 foi criado pelo Marquês de Pombal, Sebastião José de Carvalho e Melo, durante o período da Reforma Pombalina. Eliminava os colégios jesuítas de Portugal e de todas as demais colônias. Ao expulsá-los, em contrapartida esse alvará proporcionou a criação das aulas régias de Latim, Grego, Filosofia e Retórica, objetivando substituir aquelas disciplinas que antes eram ofertadas nos colégios jesuítas.

educacionais estabelecidas para todos os colégios jesuíticos que tinha como objetivo central regulamentar e ordenar métodos e funções os quais os colégios deveriam seguir.

A instalação da Coroa portuguesa no Brasil é marcada por alguns acontecimentos, tais como a fundação do Banco do Brasil (1808), da Imprensa Régia (1808), e a criação da Biblioteca Real (1810). Mediante a isto, Leite (2004, p.21) cita que foi necessário realizar uma organização do sistema educacional que atendesse à demanda da aristocracia portuguesa e que preparassem quadros para as novas ocupações técnico-burocráticas, surgindo, assim, os cursos de nível superior de Medicina, Agricultura, Economia Política, etc.

Após D. Pedro ter proclamado a Independência do Brasil em 7 de setembro de 1822, iniciou-se o Período Imperial (1822-1889), mantendo sua estrutura econômica e social baseada no que Freitag (1980, p.46) chama de “modelo agroexportador”,<sup>5</sup> escravocrata e patriarcal.

O período Imperial (1822-1889) foi marcado pelas inúmeras propostas de reformas no meio educacional, tais como: a Reforma de Paulino de Souza (1869), a qual tinha como objetivo o ensino obrigatório e gratuito para todos; a Reforma de João Alfredo (1871), que tinha como intuito ofertar a instrução primária, um desenvolvimento compatível com os recursos oferecidos, melhorando, assim, o sistema educacional; a Reforma de Leôncio de Carvalho (1878), que propunha a liberdade de ensino, além de apoiar a ideia de ensino obrigatório e sugerir a criação de cursos direcionados para o ensino primário dos adultos analfabetos.

Diante desse contexto, fez-se necessário a criação de uma Constituição, dando origem à Assembleia Constituinte de 1823. Dessa forma, era necessário que houvesse constituintes de províncias diferentes para que a Assembleia fosse instalada. Cerca de 90 constituintes foram escolhidos, sendo que a formação dos mesmos era de bacharéis em Direito realizada na Europa.

De todos os projetos educacionais que foram apresentados na Assembleia Constituinte, surgiu a Lei 20 de outubro de 1823, a qual estabeleceu o princípio da liberdade de ensino sem restrição. De acordo com Werebe (apud LEITE, 2004, p.28), essa lei, em sua composição, determinava que fossem criadas as escolas de Primeiras Letras em todas as cidades, a criação dos estabelecimentos de ensino para meninas e a garantia de instrução primária gratuita para todos. Porém, a mesma não foi cumprida.<sup>6</sup>

---

<sup>5</sup> O modelo agroexportador pode ser exemplificado como um sistema econômico que está diretamente baseado na produção de matérias-primas e na exportação desse produto agrícola para países estrangeiros.

<sup>6</sup> Parafrazeando Werebe (apud LEITE, 2004, p.28), não havia possibilidade de se cumprir o proposto por esta lei pelo fato de que seus objetivos se encontravam longe da realidade do país, visto que não havia disponibilidade de materiais e pessoas que estivessem dispostas a aplicá-los.

De acordo com Ribeiro (apud LEITE,2004, p. 29), em 1826 foi criado o projeto de Lei Januário da Cunha Barbosa, que tinha como objetivo criar a primeira Escola de Primeiras Letras no Brasil. Por meio desse projeto se resultou na criação da Lei de 15 de outubro de 1827. O novo desígnio decretado pelo Imperador D. Pedro I estabelecia que em todas as cidades e vilarejos deveria existir uma escola de Primeiras Letras, a qual seria responsabilidade do Governo Central mantê-las. O projeto foi efêmero, restando apenas a ideia de distribuição racional das escolas por todo território nacional.

De acordo com Leite (2004, p.29), após a instituição do Ato Adicional (1834)<sup>7</sup>, a educação elementar que era precária se tornou ainda mais miserável devido à descentralização sem diretrizes em nível nacional causada pelo Ato de 1834 que não proporcionou condições e oportunidades para que as demais regiões pudessem assumir a sua função para o desenvolvimento educacional, agravando assim a situação educacional brasileira.

Com a abertura dos portos em 1808 houve um desequilíbrio no campo comercial que, segundo Leite (2004, p.30), ocorreu devido à necessidade de consumo que era maior do que a capacidade de produção do país. Diante disso, certas medidas foram tomadas para conter o início da crise que afetara a população, pois os empréstimos realizados no exterior se tornaram difíceis de pagar, fazendo assim a economia brasileira entrar em colapso.

Essa situação de crise no período Imperial afetou não somente a economia, mas também a educação escolar que não era mais vista como prioridade. A lavoura cafeeira foi a solução temporária para o momento de crise na economia que, a partir de 1840, começou a retomar o equilíbrio econômico. Nesse momento, a sociedade passou de exportadora de base rural-agrícola para urbano-agrícola-comercial, tendo sua consolidação por volta do ano de 1850.

Mesmo com a crise econômica contida, a educação continuou sem financiamento suficiente para o atendimento básico da população em idade escolar no final do século XIX. Nem mesmo a instrução primária chegou a ser para toda população, pois não foi efetivada a distribuição racional das escolas pelo país devido uma grande exclusão de não escolarizados. Essa exclusão era feita de um nível de ensino para outro, iniciando inicialmente nas primeiras etapas de escolarização.

---

<sup>7</sup> O Ato Adicional de (1834) foi uma medida tomada para rever e realizar algumas mudanças significativas na Constituição imperial de 1824, objetivando conter os conflitos entre liberais e conservadores que buscavam o poder central político. Por meio dessa instituição, as províncias imperiais obtiveram maior autonomia, proporcionando assim a formação de suas próprias Assembleias Legislativas que tinham como atributo controlar os impostos e gastos locais.

No ano de 1854, o deputado Couto Ferraz expediu um Regulamento de Instrução Primária e Secundária no Município da Corte que previa que cada paróquia teria uma escola de 1º grau. Porém, tais estabelecimentos não apresentavam espaços e recursos. Dessa forma, foi somente no ano de 1870 que surgiram as primeiras escolas noturnas para quase todas as províncias.

Já com o advento da república em 1889, a intensa movimentação no cenário político e social brasileiro referente às incessáveis trocas de presidentes devido à insatisfação da população proporcionaram o surgimento de novas reformas educacionais, como, por exemplo, a Reforma Epitácio Pessoa (1901), a qual aprovou o Código de Institutos Oficiais de Ensino Superior e Secundário e o regulamento o Ginásio Nacional, a Reforma Rivadária Corrêa (1911), que aprovou a Lei Orgânica do Ensino Superior e do Ensino Fundamental na República e o Regulamento do Colégio Pedro II, além da Reforma de Carlos Maximiliano (1915) que reoficializou o ensino e reformou o ensino secundário, regulamentando o ensino superior da República. (LEITE 2004, p.50-51)

Houve também a Reforma de João Luiz Alvez (1925), que tinha como objetivo organizar o Departamento Nacional de Ensino e reformar o ensino secundário e superior, a Reforma Mato Grosso (1927), que determinou em seu regulamento uma abrangência maior, a idade escolar para crianças da escola noturna e a criação da escola noturna para meninos de 12 anos ou mais, a Reforma de Minas Gerais (1924-1930), que teve por objetivo retomar a hegemonia política e visava introduzir mudança no campo educacional, como ampliação ao acesso à educação, condicionada à busca da melhoria da qualidade do ensino, e, por fim, a Reforma Escolano Vista de Attilio Vivacqua (1928), que acreditava na disseminação da escolarização e na erradicação do analfabetismo (LEITE 2004, p.54-55).

### **A EJA no Brasil: a luta pela educação**

A história política e social do Brasil é marcada por desigualdades que envolvem gênero, raça e/ou condição socioeconômica que, conseqüentemente, estende-se ao âmbito educacional. Essa indiscreta herança cultural de desigualdade se perpetua na sociedade brasileira desde o século XVIII, marcando o dualismo da educação no Brasil.

Nesse contexto, sem perspectiva de ascensão social, a classe trabalhadora recebia apenas uma educação básica, enquanto a elite dispunha de uma formação instrutiva completa. Diante do cenário de exclusão e desinteresse no âmbito educacional para com a classe mais pobre, na qual os sujeitos são obrigados a abandonarem a escola por inúmeros motivos, dos

quais podemos citar a realidade de ter que trabalhar até mesmo por uma questão de sobrevivência, não conseguindo conciliar, assim, trabalho e estudos. Destarte, faz-se necessário falar da EJA nos anos seguintes e dos esforços realizados pelo Estado brasileiro em inserir a população adulta não escolarizada em um sistema de educação.

A história da EJA, antes denominada apenas por educação de adultos, tem início na década de 1930 com o implante do sistema público de ensino elementar no Brasil, momento em que se nota grande esforço por parte do Estado brasileiro em inserir seus jovens e adultos não escolarizados no sistema educacional. Nesse período, temos a criação do Ministério da Educação e Saúde fundado por Getúlio Vargas.

O Ministério desenvolvia atividades próprias para diversos ministérios, como, por exemplo, esporte, educação e saúde, dentre outros. Os assuntos relacionados à educação eram tratados especificamente pelo Departamento de Ensino que está diretamente ligado ao Ministério de Justiça. Porém, em 1940 o atendimento desses jovens e adultos foram realmente considerados com o lançamento da Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA). Levando em consideração a identidade dos mesmos e a grande necessidade de classes de alfabetização, a CEAA se findou no fim do ano de 1940 devido às inúmeras críticas sobre sua gestão administrativa, financeira e suas orientações pedagógicas.

Segundo Jardimino e Araújo (2014, p.50), o ano de 1950 foi marcado por grandes processos de discussão sobre o analfabetismo da população brasileira e a discriminação no campo e na cidade vivenciada por esses indivíduos. Existem poucos vestígios de ferramentas utilizadas para debater o assunto em questão, com exceção apenas do Sistema de Rádio Educativo da Paraíba (SIREPA) criado no ano de 1958 com o propósito de reforçar a Campanha de Alfabetização.

A década de 1960 pode ser considerada uma das mais significativas para a sociedade brasileira devido aos seus movimentos sociais, culturais e artísticos, assim como a luta da população por seus direitos no campo político e educacional, especialmente na EJA.

Em meio a esse contexto de movimentos em prol da educação, foi fundado em 13 de maio de 1960, na cidade de Recife (PE), o Movimento de Cultura Popular (MCP) que surgiu para se tornar um instrumento de luta para as camadas populares. As ações desse movimento buscavam promover igualmente à conscientização política pela renovação do pensamento educacional, oportunizando, assim, trabalhos de alfabetização e de educação de base.

O MCP foi definido como um movimento pluralista sem convicções religiosas que tinha os seguintes objetivos: promover a educação de crianças, adolescentes e adultos; proporcionar a elevação do nível cultural do povo; colaborar com a melhoria das suas condições

materiais; e atender ao seu objetivo fundamental de educação, que é desenvolver todas as potencialidades do ser humano, promovendo a sua inserção no mercado de trabalho.

Todas as atividades do MCP eram realizadas em clubes recreativos, salões de paróquias, templos protestantes e em todos os lugares que estivessem dispostos a receber de portas abertas as iniciativas do movimento. Recebeu apoio dos setores mais importantes da sociedade, como a indústria, o comércio e a imprensa, contando, também, com a colaboração do educador Paulo Freire<sup>8</sup> que passou a ser parte integrante do Conselho de Direção.

Dentre as contribuições no campo educacional pelo MCP, tivemos a criação das escolas primárias para atender crianças e adolescentes, as escolas radiofônicas e de aperfeiçoamento para adultos, além das praças de cultura. Esse movimento desenvolveu intensamente inúmeras atividades culturais e artísticas para a população daquela época.

De acordo com Jardimino e Araújo (2014, p. 58), o MCP representava uma visão vanguardista para a sua época, em busca da emancipação do povo brasileiro. Tornou-se um obstáculo para o processo de controle social desejado pelo Estado. Com o Golpe Militar de 1964, as atividades desse movimento se findaram. Porém, pouco tempo depois o Governo abriu espaço para novas ações e programas de alfabetização e escolarização de adultos.

Diante desse contexto, surgiu o Movimento de Educação de Base (MEB), criado no ano de 1961 pela Igreja Católica, sob influência do pensamento social cristão. A meta inicial do MEB era coordenar todas as incontáveis ações existentes no Brasil que foram desenvolvidas por sua fundadora. Após alguns anos de sua instalação e funcionamento, o MEB se uniu a outros movimentos de cultura popular objetivando a conscientização e transformação do homem através de sua valorização e mobilização social a partir do conceito de conscientização do indivíduo e não apenas alfabetizá-los.

Em 1962 surgiu o Centro Popular de Cultura (CPC) no interior da União Nacional dos Estudantes (UNE). No início suas ações se limitavam apenas às áreas de teatro, cinema e música. Porém, houve uma grande expansão devido às unidades móveis chamadas de UNE Volantes.

---

<sup>8</sup> Enquanto educador crítico, Paulo Freire (1921-1997) possuía bastante experiência na área da alfabetização de jovens e adultos. Instigava a criticidade de seus educandos, motivando-os a lutar pelos seus direitos sociais e educacionais por meio de sua Pedagogia Libertadora. Sempre esteve ao lado do povo na luta a favor da educação, buscando transformar seus educandos em seres críticos e atuantes na sociedade por meio da educação. Tornou-se inspiração para os diversos movimentos sociais no ramo educacional na luta por seus direitos.

O CPC participou do 1º Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular que foi realizado no ano de 1963. Esse evento foi de grande importância para a história da EJA, pois possibilitou uma grande visibilidade à diversidade dos movimentos de educação e cultura popular. Assim, os CPCs passaram a atuar prioritariamente com a alfabetização de adultos.

Ainda nesse período, em 1963 se criou a Comissão Nacional de Alfabetização, a qual possuía a tarefa de construir o Plano Nacional de Alfabetização (PNA), que tinha como base o método de Paulo Freire.<sup>9</sup> Segundo Jardimino e Araújo (2014), o PNA convidava a sociedade brasileira a atingir a sua meta de alfabetizar cinco milhões de brasileiros, e, conseqüentemente, elevar o nível cultural das classes populares. Esse plano foi criado em janeiro de 1964 e se findou em abril do mesmo ano em razão do Golpe Militar, pois “[...] seu caráter subversivo não seria tolerado pelo novo governo” (TEIXEIRA, 2012, p.7).

Diante desse contexto, o Brasil apresentava um cenário caótico devido à queda do preço do café, situação em que muitos dos grandes proprietários de fazendas estavam em meio à falência, recorrendo, portanto, ao Estado na esperança de que o mesmo tomasse medidas necessárias para preservar seu capital. Entretanto, tal mudança no mercado estava acima do poder exercido pelos representantes do Estado.

Visto que não obteriam resultados com o atual Presidente da República, João Goulart, os proprietários de terras se uniram às forças armadas e executaram um golpe de Estado, destituindo-o de seu posto que, logo em seguida, foi ocupado por Ranieri Mazzilli, sendo esse o Golpe de Militar no ano de 1964.

Mais adiante, no ano de 1967, foi realizada a implantação do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) que iniciou suas atividades no ano de 1970 em todo o Brasil. Segundo Jardimino e Araújo (2014), o objetivo de tal movimento era cessar o analfabetismo<sup>10</sup> da população brasileira e oferecer condições de estudo para jovens e adultos. Diferentemente das campanhas de alfabetização anteriormente realizadas, o MOBRAL se concentrava no ensino da leitura e da escrita e de alguns conhecimentos matemáticos.

---

<sup>9</sup> Desenvolvido na década de 1960 como uma estratégia para a alfabetização de adultos, pois possui fundamentação humanista ao vislumbrar na educação um ato criador, proporcionando ao indivíduo autonomia, consciência crítica e capacidade de decisão. Considerado pelo próprio Paulo Freire como um método de aprender e não propriamente de ensinar, sendo os princípios metodológicos constituídos com base no respeito pelo educando e na conquista da autonomia, tendo a dialogicidade como fio condutor do processo de ensino-aprendizagem.

<sup>10</sup> Segundo o Mapa de Analfabetismo no Brasil, a taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais no ano de 1970 e de 33,7 %.



O MOBRAL possuía um Programa de Alfabetização Funcional no qual objetivava desenvolver em seus educandos habilidades de leitura, escrita e contagem por meio do diálogo e das vivências dos mesmos, utilizando, assim, seus conhecimentos prévios para formular as palavras geradoras, como Paulo Freire indicava. Porém, as práticas educativas do MOBRAL apresentavam divergências com a perspectiva freiriana.

Dez anos após a sua criação, em 1978 o MOBRAL apresentava a marca de “[...] quase 2 milhões de pessoas, atingindo um total de 2.251 municípios em todo o país” (CORRÊA apud JARDILINO; ARAÚJO, 2014, p.61). Por meio da grande recessão econômica ocorrida em toda a América Latina que alcançou a nação brasileira na década de 1980, as ações que haviam sido desenvolvidas para esse movimento se tornaram inviáveis. Dessa maneira, o MOBRAL finalizou suas atividades em 1985.

Já em 1989 é criado o Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos. Surgiu na cidade de São Paulo (MOVA-SP) durante a gestão de Paulo Freire na Secretaria Municipal de Educação. Seus objetivos principais eram desenvolver um processo de alfabetização a partir da leitura crítica da realidade vivida pelos mesmos, contribuir para o desenvolvimento da consciência crítica dos educandos e incentivar a participação da população na luta por seus direitos sociais.

O MOVA-SP se estabeleceu próximo às comunidades que necessitava do programa, desafiando, assim, professores que residiam na mesma comunidade a participarem desse grande desafio educacional. Os docentes eram orientados por supervisores com formação específica para o trabalho que trabalhavam com a metodologia desenvolvida pelo MOVA. Segundo Godotti (apud JARDILINO; ARAÚJO, 2014, p.67) ao início desse movimento se conta cerca de 626 núcleos de alfabetização e mais de 12.185 pessoas alfabetizadas.

A concepção pedagógica do MOVA, claramente tendo como base os preceitos de Paulo Freire, busca gerar um ambiente democrático que possua a participação ativa de seus membros, favorecendo sua autonomia como alunos, professores e supervisores.

Após obter êxito em São Paulo, algumas Organizações não Governamentais (ONGs), empresas e outros movimentos sociais buscaram fazer parceria com o MOVA a fim de colocar em prática a metodologia desenvolvida pelo mesmo numa articulação com o movimento citado acima, surgindo a Rede MOVA-Brasil.

A Rede MOVA-Brasil tem como parceria o Instituto Paulo Freire, contando ainda com a parceria da Federação Única dos Petroleiros (FUP) e da Petrobrás por meio do Programa

Fome Zero<sup>11</sup>. Os MOVAS, em geral, espalharam-se por todo o país. Em cada cidade que esse movimento se estabelecia recebia o seu nome, como, por exemplo, MOVA-MG ou MOVA-Belém, entre outros.

Em 1994, em São Paulo é criado um novo programa nomeado de Ação Educativa que tinha como objetivo desenvolver ações que garantissem os direitos educativos e culturais para juventude.

A Ação Educativa atuou fortemente na articulação da política devido à formulação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96) que ocasionou o crescimento do número de integrantes desse movimento, consolidando, assim, seus princípios e estratégias pela luta dos Direitos Humanos. Tal projeto tem sua atenção voltada para três áreas de atuação: Educação, Cultura e Juventude, que alcançam escolas, redes de ensino, órgãos públicos, dentre outros.

No Governo de Fernando Henrique Cardoso é criado no ano de 1996 a ONG Alfabetização Solidária (ALFASOL) sob a direção de Ruth Cardoso. De acordo com Jardimino e Araújo (2014) essa entidade era destinada a atender principalmente a EJA, tendo como objetivo central reduzir os índices de analfabetismo no Brasil e expandir o acesso à Educação Básica para jovens e adultos. Diante disso, nota-se que a ALFASOL dava prioridade às ações na alfabetização inicial de jovens e adultos, sendo possível perceber maior ação nas regiões Norte e Nordeste devido aos seus altos índices de analfabetismo referente ao ano de 1996.

Sua proposta tinha como base um modelo em que o trabalho era desenvolvido com alfabetizadores da própria localidade, promovendo, assim, a inclusão e ampliação do nível de escolarização global das comunidades atendidas.

Ao longo de sua existência a ALFASOL teve como concepção a educação como um direito de todos, acreditando que não basta simplesmente oferecer modelos de alfabetização para trabalhar com a EJA, pois é necessário desenvolver metodologias que considerem o conhecimento prévio já adquirido do educando adulto.

Além das diversas regiões brasileiras beneficiadas pelas ações dessa ONG, e das inúmeras atividades realizadas pela mesma, a ALFASOL ampliou seu campo de atuação, desenvolvendo programas não apenas para EJA, mas incluindo agora as áreas de educação

---

<sup>11</sup> Criado no ano de 2003, o Programa Fome Zero foi estabelecido no Governo de Luiz Inácio Lula da Silva como substituição do Programa Comunidade Solidária (1995). Esse projeto tinha como objetivo central combater a fome e a desnutrição no país, garantindo o direito à alimentação básica para todos. Uma de suas iniciativas que permanece até os dias atuais e a ajuda financeira do Bolsa Família para famílias mais pobres.

digital e educação profissional, fundamentada na crença de que o analfabetismo está entrelaçado à desigualdade social, condenando as gerações de jovens e adultos à negação do direito fundamental de expressão e transformação de sua vida pessoal e comunitária.

De acordo com Jardimino e Araújo (2014), dentre as ações desenvolvidas por essa organização se destaca os seus principais projetos: o Projeto Grandes Centros Urbanos, que tem como objetivo principal identificar a população acima de 15 anos que possua pouca ou nenhuma escolaridade; o Projeto Nacional de Desenvolvimento, que busca oferecer curso de alfabetização inicial para jovens e adultos que possuam pouca ou nenhuma escolaridade, e que estão excluídos de políticas públicas educacionais específicas; e, por último, o Projeto Ver, que tem como público-alvo jovens e adultos a partir de 15 anos de idade que foram excluídos do sistema de ensino formal.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A partir do exposto, compreendemos que o espaço que a EJA ocupa no sistema educacional brasileiro não pode ser desvinculado das questões relacionadas à gestão, financiamento e recursos. Ademais, os desafios e necessidades dessa modalidade de ensino precisam ir além da oportunidade de acesso à escolarização, sendo necessário garantir a permanência desses sujeitos, evitando, assim, a evasão.

Para encarar esses desafios é fundamental o fortalecimento dos profissionais que lutam arduamente pelo direito à educação e pela qualidade de ensino e atendimentos para jovens e adultos sem escolarização, considerando as diferenças e a diversidade nos modos de pensar a EJA, no que diz respeito às formulações curriculares próprias, tomando por base as necessidades de aprendizagem de cada indivíduo e na renovação das concepções e práticas escolares.

Dessa maneira, a compreensão sobre a importância do direito à educação precisa estar constantemente presente nas agendas de lutas dos movimentos em defesa da escola pública, considerando os filhos da classe trabalhadora que vivenciam a dupla jornada de trabalho e estudo.

## **REFERÊNCIAS**

BRASIL. **Mapa do Analfabetismo do Brasil.** Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/documents/186968/485745/Mapa+do+analfabetismo+no+Brasil/a53ac9ee-c0c0-4727-b216-035c65c45e1b?version=1.3>> Acesso em: 15 de ago. de 2019.

FREITAG, Bárbara. **Escola, Estado e Sociedade.** 4. Ed. São Paulo: Moraes, 1980.

JARDILINO, José Rubens Lima; ARAÚJO, Regina Magna Bonifácio. **Educação de Jovens e Adultos: Sujeitos, saberes e práticas.** São Paulo: Cortez Editora, 2014.

LEITE, Sandra Fernandes. **O direito à educação básica para jovens e adultos da modalidade EJA no Brasil: um resgate histórico e legal.** 2013. 355 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Curitiba, 2004.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil.** 4. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

TEIXEIRA, Wagner da Silva. **Quando ensinar a ler virou subversão: a ditadura e o combate ao combate do analfabetismo.** 2012. Disponível em: <[http://www.encontro2012.mg.anpuh.org/resources/anais/24/1340763408\\_ARQUIVO\\_WagnerTeixeira\\_textocompleto.pdf](http://www.encontro2012.mg.anpuh.org/resources/anais/24/1340763408_ARQUIVO_WagnerTeixeira_textocompleto.pdf)> Acesso em: 23 de set. de 2019.